

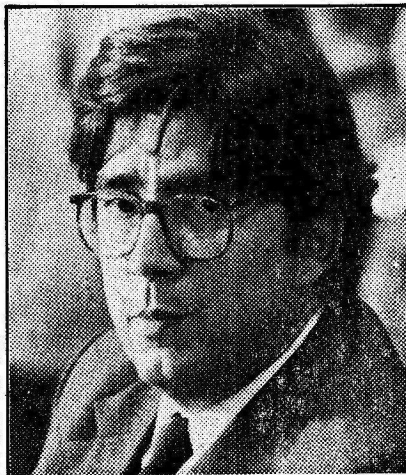
País vai pedir mais prazo aos banqueiros

O Brasil pedirá aos bancos comerciais estrangeiros mais prazo para renegociar a sua dívida externa. A informação foi dada ontem, no Rio, pelo presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, esclarecendo que será impossível concluir as três fases de negociação até o próximo dia 31, prazo final para a última prorrogação acertada com os credores.

Segundo explicou, o novo adiamento para a chamada fase dois da negociação será pedido independentemente do acerto que o Brasil faça com o Fundo Monetário Internacional, que representa a fase um, ficando também para entendimentos posteriores a fase três, que inclui o Clube de Paris. Após informar que fará um relato sobre a sua recente viagem à Europa (onde manteve contatos com parte da Comunidade Financeira Internacional) ao presidente da República, Lemgruber disse que qualquer orientação final quanto ao tratamento da dívida externa será definida por Sarney.

Ao fazer um balanço sobre as conquistas obtidas pelo governo da Nova República no setor econômico, o presidente do Banco Central disse que as autoridades não estão preocupadas com a dívida externa, que deverá ser estabilizada ao final do ano, nos níveis de US\$ 100 bilhões verificados no final de 1984. Acrescentou que a preocupação maior é com o progressivo crescimento da dívida interna, atualmente em torno de 500%, anualizada.

Mesmo assim, Lemgruber justificou a opção de endividamento interno via colocação de títulos públicos no mercado, ao lembrar que a colocação líquida de títulos em julho atingiu a Cr\$ 7,7 trilhões, responsável pela contenção das emissões de moeda



Arquivo

Lemgruber: Sarney definirá

em Cr\$ 2,7 trilhões. "Essa política limitou o crescimento da base monetária em 12,5% e, caso não fosse colocada em prática, a expansão teria sido no mínimo de 50%", acrescentou o presidente do Banco Central.

Aos integrantes da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, o presidente do Banco Central fez amplo relato do que o novo governo espera quanto ao desempenho da economia brasileira, que, na sua opinião, estará diretamente ligado "ao programa realista e austero de cortes fiscais, importante para reduzir o déficit público em Cr\$ 50 trilhões nos próximos meses".

Entre as principais conquistas, Lemgruber destacou a luta contra o processo inflacionário, cuja taxa deverá situar-se, ao final do ano, abaixo de 200%, para uma previsão inicial de 270% feita em janeiro. Segundo explicou, o mais importante na questão da inflação foi a quebra da ex-

pectativa de manutenção de índices elevados, dado que "eliminou outras perspectivas negativas: a desindexação da economia e a adoção de uma maxidesvalorização". Acrescentou que a não adoção da atual política econômica "teria levado o País, nos próximos meses, a uma hiperinflação e a série crise cambial".

Apesar de elogiar o acerto da política monetária posta em prática pelo novo governo, o presidente do Banco Central afirmou que alguns problemas ainda ocorrem na economia brasileira, como o déficit de caixa de Cr\$ 11 trilhões registrado em julho último.

Segundo explicou, as causas desse novo "estouro" de caixa são bastante diversificadas, razão pela qual não se pode determinar um possível fator responsável. Acrescentou que influenciaram na formação do déficit efeitos importantes relacionados a pagamentos da dívida externa, como o cumprimento dos compromissos de empresas estatais no Exterior.

O presidente do Banco Central alinhou, ainda, outros "efeitos importantes" para justificar o déficit de Cr\$ 11 trilhões, como operações especiais em nome do governo federal como trigo, açúcar e Iapas. Na sua opinião, "não existe uma conta específica para se responsabilizar o aparecimento do déficit, cujos detalhes o Banco Central divulgará oportunamente".

Segundo Lemgruber, o resultado negativo de julho não afetará a execução do plano econômico austero determinado pelo presidente da República, José Sarney. Acrescentou que os resultados positivos desse programa já podem ser sentidos, principalmente no começo do atual semestre, como redução da inflação, fator importante para o acerto do déficit público.